

Apresentação do Dossiê: Indígena? Presente!
Processos (Inter)culturais de apropriação
territorial e (trans)formação identitária indígena
em diferentes contextos temporais e espaciais

Ivone Maria Mendes Silva

Dra. Psicologia, pós-doutora em Educação, docente UFFS Campus Erechim/RS
E-mail: ivonemmds@gmail.com

Nauíra Zanardo Zanin

Dra. Arquitetura e Urbanismo, docente UFFS Campus Erechim/RS, NAUI/UFSC
E-mail: uffs@nauira.arq.br

Fabricio José Nazzari Vicroski

Arqueólogo, doutor em História, pós-doutor PNPd/CAPES (PPGH/UPF)
E-mail: fabriciopolska@hotmail.com

Com o presente dossiê, convidamos as/os leitoras/es a refletirem sobre a apropriação experimentada pelos povos indígenas ao se relacionarem com o espaço em diferentes tempos, conferindo sentido a esses espaços, tornando-os próprios, possibilitando sua identificação com determinados lugares. Quais sentidos têm sido atribuídos a esses espaços em diferentes momentos históricos? Propomos abordar essa e outras questões relacionadas às formas de apropriação espacial indígenas como estratégias de (re)existência e enfrentamento à dominação e violências vivenciadas desde a invasão de seus territórios.

O conceito de território remete às relações de poder implicadas na construção dos espaços apropriados, enquanto que a territorialidade nos proporciona pensar formas de questionar e transformar tais relações, considerando não apenas os processos político-econômicos que viabilizam a dominação social propriamente dita, mas também os aspectos simbólicos e subjetivos que tornam possível a apropriação e dizem respeito à significação emocional de movimentos como o “estar em”, o “pertencer a”, o “identificar-se com” territórios, entre outras possibilidades (TUAN, 1980; LEFEBVRE, 1987; LIMONAD, 1999; HAESBAERT, 2004).

Pensar a territorialidade implica, portanto, ter em perspectiva a cultura e sua conexão com os territórios apropriados pelos atores sociais no decurso de uma história de ocupação que, muitas vezes, vincula-se a memórias ancestrais. Ela integra as relações de poder aos espaços experienciados, contribuindo para a composição de culturas e identidades múltiplas. Nesse sentido é que se pode falar em territorialidades, no plural, diferenciadas e cambiantes, dependendo da forma como os sujeitos se relacionam com seus territórios e as transformações que atravessam essa relação ao longo do tempo. Daí a importância de levarmos em conta, em nossas análises sobre o tema, as dinâmicas diacrônicas e sincrônicas que marcam os modos encontrados por cada grupo social de viver e ocupar/usar seus territórios em sintonia com necessidades, crenças, valores e interesses próprios.

A relevância da territorialidade para os povos indígenas se evidencia, contemporaneamente, de várias formas. Pode ser percebida na conexão, modulada pela cosmologia de cada grupo, com a natureza e os seres vivos que dela fazem parte (a imagem da presença indígena na mata/floresta figura como representação basilar dessa conexão), mas também na interação com ambientes urbanos, cada vez mais comum/frequente, em função dos vários tipos de degradação ambiental em curso nos territórios tradicionais, do crescimento das migrações e das trocas interculturais que promovem a adaptação a novos modos de vida nas cidades. De acordo com o último Censo Demográfico realizado no País pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (Censo de 2010), 324.834 dos 896.917 indígenas brasileiros residem atualmente na área urbana, ou seja, 36,2% do total (IBGE, 2011).

Visualizamos a imagem da cidade como uma selva de pedra, constantemente reapropriada, enquanto lugar de pertencimento ancestral. As presenças indígenas nas cidades reafirmam vínculos ancestrais com o território. As formas de apropriação reforçam seus modos de ser, estar e perceber, seus “sentipensares” (ESCOBAR, 2014), seus “perceptivismos” (CATAFESTO DE SOUZA e GUARAGNI, nesta edição), expressos em posturas e gestos próprios e díspares... dissonantes com relação ao entorno, ao que se espera de um estar urbano, de uma suposta “civilidade”. Ao seu modo, apropriam-se dos espaços públicos, dos espaços de ensino, criam caminhos, reeditam percursos, reescrevem a história, tão mal contada sob a perspectiva ocidental, de lugares significativos, de vínculos imemoriais com as paisagens. Insistem em recontar sua história e, para isso, vão aos centros do saber: escolas, universidades, museus... pintam a cidade, deixam suas marcas. Presenças efêmeras, que persistem e permanecem, porque pertencem a esse lugar. E se fazem ver e ouvir. Estamos prontos para isso? Mais de 520 anos se passaram...

Assim, podemos afirmar que os/as indígenas são nossos/as contemporâneos/as, constroem e compartilham espaços da cidade com outros grupos sociais, além de ser também povos originários detentores de um passado e presente vinculados à terra, ao território, desde os primórdios da ocupação espacial pré-colonial. O movimento de problematizar e refletir sobre isso corrobora para a escrita de uma nova história indígena da qual emergem complexos fenômenos de rupturas e permanências sociais em uma escala espaço-temporal totalizante. A dilatação desses saberes tem afastado concepções que nutrem interpretações distorcidas acerca do processo colonizatório. Conceitos como “terra virgem” e “áreas devolutas” se esfacelam diante dos fenômenos históricos de longa duração. A despeito das perseguições, massacres e expulsões territoriais que acometeram as sociedades nativas, a presença indígena deve ser encarada como um elemento constante no processo de formação da sociedade brasileira. Atribuir a devida importância a esses debates por meio da publicação de textos que direcionam o olhar para os povos indígenas e suas realidades/identidades/lutas é uma forma de concretizar a *descolonização do saber* e participar do processo de transformação social que se faz necessário para que as alteridades indígenas e suas inúmeras contribuições à nossa sociedade não continuem sendo negadas.

As pesquisas arqueológicas, historiográficas e antropológicas que contemplam esse universo temático (assim como as interdisciplinares, conjugando estes e outros saberes)

constituem um campo em expansão que, nas últimas décadas, tem possibilitado o aprofundamento do conhecimento sobre o assunto sob um prisma que permaneceu pouco explorado por muito tempo. Nesse sentido, alguns dos artigos aqui apresentados também sinalizam que a construção de respostas para perguntas e lacunas que precisam ser esclarecidas está, aos poucos, sendo realizada, de modo que se tornam cada vez mais acessíveis informações valiosas sobre como a participação dos povos indígenas na construção da história de nosso País se efetivou no passado e como podemos produzir instrumentos epistêmicos e políticos para que ela ocorra, em sua plenitude, no presente, rumo ao futuro almejado.

Esses instrumentos também estão sendo incessantemente construídos pelos próprios indígenas, por meio da produção de conhecimentos e dos movimentos de resistência cultural e política que emergem nos mais variados cenários, protagonizados por sujeitos de diferentes gerações, gêneros, etnias/origens que lutam pelo reconhecimento e respeito a seus direitos em múltiplas “frentes”, como as relacionadas às “retomadas” de seus territórios e de seus conhecimentos/saberes tradicionais, aos debates políticos e disputas jurídicas, à participação questionadora e combatente das diversas formas de violência desencadeadas pela ditadura civil-militar brasileira e por outros conflitos.

Abrimos o dossiê com o ensaio de imagens intitulado *Nhembo’e Tekoa Py – Educação Guarani e sua relação com o território: registros fotográficos, percepções e leituras poéticas*, de autoria de Nauíra Zanardo Zanin. Neste ensaio, são apresentados fragmentos de momentos vivenciados junto aos Guarani do litoral de Santa Catarina, enfocando em sua relação ancestral com o território a partir do aprendizado experiencial, com todos os sentidos – ao longo dos percursos e pelo fluir da fumaça e dos rios, mas também ao transformarem elementos do território para acolher suas práticas culturais e educativas.

Para inaugurar a leitura dos artigos, José Otávio Catafesto de Souza e Leonardo de O. Guaragni nos brindam com novos conceitos em seu artigo *Perceptivismo ontocosmoecológico Mbyá-Guarani: caminhadas, paisagens e sensações coletivizadas*, no qual partem de uma Antropologia participativa para compreender o sentipensar ancestral, percebido na permeabilidade dos corpos que percorrem territórios e mutuamente compõem e são compostos pelos seres e elementos sensorialmente presentes. Os autores argumentam sobre a interrelação dos sentidos perceptivos, aguçados em caminhadas coletivas por “paisagens compartilhadas interetnicamente” (p. 38). Ao revelarem o perceptivismo cosmoecológico Mbyá-Guarani e o vínculo com a paisagem, expressa por gritos de alegria e liberdade, pela possibilidade de vivenciarem uma “pedagogia das matas” (p. 56) na retomada de territórios ancestrais, torna-se

evidente o contraste com a visão utilitária do território enquanto um armazém de recursos (ou espaços livres sempre prontos a serem urbanizados).

O artigo *Retomadas no sul do Brasil, reterritorialização e cosmopolítica Mbya-Guarani*, escrito por João Maurício Farias, João Mitia Antunha e Orivaldo Nunes Jr., apresenta informações que fomentam a reflexão acerca das lutas que têm sido travadas pelos povos indígenas para terem os direitos à sua territorialidade reconhecidos e respeitados. Atentos ao fato de que uma das formas de luta tecidas por esses atores sociais para continuarem re-existindo são as reterritorializações (ou “retomadas”), os autores se propõem a analisar experiências de retomadas que contemplam o Território Ancestral Mbyá-Guarani no sul do Brasil, mobilizando, no processo de análise, contribuições advindas do pensamento de Deleuze, Guattari, Foucault, Mbembe, entre outros, além de conceitos êmicos dos Mbyá-Guarani.

Orivaldo Nunes Júnior, no artigo intitulado *Subsídios para Protocolos de Consulta aos Espíritos conforme Convenção 169/OIT*, traz contribuições ao entendimento dos direitos dos povos indígenas no tocante às formas de participação em processos que venham a afetá-los, propondo, a partir de bases legais, a aplicação de consulta aos espíritos, de acordo com as práticas próprias de cada povo, apresentando os xamãs como especialistas da jurisdição indígena. O autor apresenta relatos de situações em que consultas aos espíritos ocorreram, como forma de mediar diálogos de compensação ambiental.

Da África recebemos a contribuição de Denisse Kátia Soares Omar que, em seu texto *O regulamento político que demarcou os espaços sociais entre “indígenas” e “europeus” em Moçambique no período colonial*, empreende um exercício histórico acerca dos processos de diferenciação social entre moçambicanos e europeus à luz da legislação em Moçambique no período colonial. A argumentação apresentada em seus escritos expõe como a construção da categoria sociojurídica “indígena”, naquele contexto, servia aos interesses da política administrativa colonial, que pretendia colocar sob a tutela do Estado colonial todos aqueles considerados “incivilizados” ou “selvagens”.

O protagonismo indígena Kaingang em contextos de conflitos fundiários no século XX é o tema do artigo do historiador Alex Antônio Vanin. Seu texto, intitulado *Entre capuchinhos, colonos e coronéis: os Kaingang e a demarcação do Toldo do Fachinal – Norte do Rio Grande do Sul (1910-1918)*, problematiza o papel desempenhado pelos indígenas Kaingang e suas lideranças no estabelecimento de alianças e relações com os demais sujeitos envolvidos nos processos colonizatórios ocorridos no Norte do Rio Grande do Sul. A fim de sustentar a sua

abordagem, o pesquisador faz uso de relatos de missionários católicos, agentes e autoridades públicas contemporâneas ao contexto abordado.

Éder da Silva Novak e Rafael Pelegrini Serafim abordam a questão indígena no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Em seu artigo, *Mobilização e protagonismo indígena na ditadura militar: ações das etnias do Mato Grosso do Sul*, os autores exploram importantes fontes documentais produzidas no âmbito da então Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). A série documental evidencia as formas de mobilização indígena na luta pela manutenção dos seus territórios tradicionais, destacando o protagonismo indígena no movimento de defesa e manutenção dos seus direitos.

O texto de Patricia Carola Facina apresenta reflexões que perpassam pela territorialidade Guarani no Paraná. O artigo *Trajетórias que compõem a aldeia: a composição dos grupos domésticos Guarani Nandéva em retomada no Posto Velho (Abatiá-Paraná)*, explora o complexo processo de formação e atuação das redes de parentesco e suas interfaces com as formas de organização territorial do grupo doméstico analisado. Além do aporte conceitual, a abordagem absorve técnicas de genealogia e dados etnográficos provenientes de pesquisa de campo.

O artigo *Corpo território: o conhecimento ancestral resistindo ao tempo, a história e a memória da mulher Kaingang*, das autoras indígenas Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazi e Jandaíra Belino Padilha, parte da análise da narrativa oral de Antoninha Belino Padilha, nascida na Terra Indígena Xapecó/SC, para discorrer sobre os saberes das mulheres Kaingang e sua relação com o território. Composto os conhecimentos ancestrais passados de geração em geração, esses saberes são compartilhados através da oralidade, viabilizando processos de aprendizagem que ocorrem a partir dos lugares de memória. Ao longo do texto, é evidenciada a importância da mata/floresta, reconhecida como “espaço sagrado” no qual a “conexão espiritual” com os seres que nela habitam pode se estabelecer.

Outra produção que integra este dossiê e que nos convida a pensar a “retomada” como uma prática de reexistência e de resistência dos povos nativos à dominação colonial é o artigo de Elisabete Cristina Hammes – *Coexistências em diálogo: ciência e pedagogia Kaingang produzindo a diferença epistêmica* –, que aborda a potencialidade do movimento de retomada dos conhecimentos e saberes indígenas, tão necessário quanto o da retomada das terras. A *Pedagogia da Retomada* é discutida, no texto, a partir do conhecimento Kaingang, tendo a autora pesquisado reflexões escritas por autores dessa etnia em suas monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Trilhando esse caminho, ela problematiza o processo de

dominação subjacente ao modelo eurocêntrico de ciência e sua relação com a educação, localizando na produção científica dos estudantes Kaingang a defesa de uma ciência e pedagogia nativas, bem como de uma educação escolar específica e diferenciada.

No artigo *Eu, o professor juruá: reflexões sobre a prática docente em História Indígena*, o professor e pesquisador Gérson Wasen Fraga analisa sua experiência ministrando a disciplina *História Indígena* no contexto universitário. Essa análise é entretecida com considerações acerca das transformações políticas que permitiram tornar mais inclusiva e democrática a realidade da presença indígena nas universidades brasileiras. Ao longo do texto, fica evidenciada a relevância da disciplina *História Indígena* como um instrumento “*de formação de professores devidamente capacitados para se posicionarem de forma ativa diante dos preconceitos enraizados em nossa sociedade*” (p. 244). A partir das reflexões construídas por Fraga, somos instigados a pensar que a universidade se converte em “território indígena”, ou seja, um lugar com o qual os/as indígenas podem se identificar e manter um vínculo de pertencimento, quando nela tais sujeitos são, de fato, acolhidos e respeitados em suas demandas, necessidades e direitos.

Sobre o ‘indígena exótico’ em séries iniciais do ensino fundamental: algumas reflexões à luz das teorias decoloniais, de Ana Carla Barros Sobreira, também explicita o importante papel que os/as professores/as podem exercer na desconstrução das múltiplas formas de preconceito, negação de direitos e violências cometidas contra os povos indígenas em nossa sociedade. Tomando como foco de análise atividades desenvolvidas por sujeitos escolares, a partir de uma (re)leitura do livro de literatura infantil “Abaré”, a autora problematiza se a “identidade do indígena”, no contexto brasileiro atual, ainda está relacionada com o conceito de exótico e outras qualificações que foram construídas pelo colonialismo/colonialidade.

O artigo intitulado *Educação Patrimonial na Arqueologia de Contrato: análise documental sobre ações realizadas no oeste de Santa Catarina (2015-2020)*, de autoria da pesquisadora Valdirene Chitolina, problematiza as práticas educacionais observadas em programas de educação patrimonial desenvolvidos no âmbito de projetos de pesquisa arqueológica preventiva. Além de questionar a efetividade das práticas educativas atreladas aos cronogramas dos processos de licenciamento ambiental, os dados levantados pela autora igualmente evidenciam uma constante reprodução generalizante das propostas e métodos pedagógicos empregados. Em sua análise, a autora nos traz uma amostragem espacial referente à região oeste de Santa Catarina. Todavia, as reflexões apresentadas também podem ser extrapoladas para o contexto nacional.

O entrelaçamento da educação escolar com a educação indígena é apresentado no artigo intitulado *Oficinas de produção de artesanato na Terra Indígena Toldo Chimbangue, Chapecó-SC*, de autoria de Jaisson Teixeira Lino, Elisana Reis da Silva e Felipe Luiz Montemezzo, no qual é apresentado como, ao longo de vinte anos, a cultura Kaingang foi sendo inserida no contexto escolar, especialmente durante as chamadas Semanas Culturais, com a participação de anciãos, professores e crianças indígenas. Os autores destacam a produção de artesanato como fortalecedor das práticas culturais e da transmissão de saberes entre gerações.

No artigo intitulado *Arte e grafismo no artesanato Kaingang: processos de resistência e aliança da comunidade Goj Tahn no enfrentamento à pandemia de Covid-19*, de autoria de Letícia Cao Ponso, Thaísa Freitas Corrêa e Paulo Ferreira, são apresentadas e discutidas, com muita sensibilidade, as estratégias de diálogo e aproximação dos Kaingang e demais indígenas que vivem em Rio Grande/RS, para desfazerem a imagem estereotipada que se revelava, por parte da comunidade não-indígena local, com relação aos indígenas. Destacamos a apresentação de formas de diálogo, ações e encaminhamentos legais adotados, que podem servir de exemplo para outros municípios.

Agradecemos profundamente aos/às autores/as por trazerem à tona tão relevantes temas, oportunizando grandes contribuições para ampliarmos o diálogo intercultural e interdisciplinar, em suma, para que o respeito e a valorização da pluralidade étnica se consolidem. Agradecemos à equipe editorial da revista pelo trabalho realizado na concretização deste dossiê, especialmente pela oportunidade de priorizarmos a temática indígena e contemplarmos assuntos tão diversos e, ainda assim, complementares.

Desejamos a todos/as uma ótima leitura!

Referências

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia.** Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização.** Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 5, p. 7-19, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 1a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011.

LEFEBVRE, H. **La production de l’espace.** Paris: Anthropos, 1987.

TUAN, Y. **Topofilia.** São Paulo: DIFEL, 1980.



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional